

**PROJETO: INOVAÇÃO PRODUTIVA**

**Aviso nº13/SI/2018**

**OBJETIVO:**

Conceder apoios financeiros a projetos que contribuam para o:

- Aumento do investimento empresarial em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing);
- Reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços.

**PRAZOS 1ª fase:**

Tipologia	Início	Fim	Decisão Final
Projeto Individual (Lisboa)	16 de janeiro de 2018	05 de março de 2018 (19h)	15 de junho de 2018

**BENEFICIÁRIOS:**

Empresas PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

**EXCLUSÕES:** As seguintes actividades (CAE):

- a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
- b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

**NATUREZA DO INCENTIVO:**

Os apoios a conceder revestem a forma de Incentivo Reembolsável, taxa base máxima de 40%.

Em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça, pode ser concedida uma isenção de reembolso de uma parcela do incentivo reembolsável até ao limite máximo de 60%, cumprindo com os seguintes indicadores:

- Indicador I1 - Valor Acrescentado Bruto (VAB);
- Indicador I2 - Criação de Emprego Qualificado (CEQ);
- Indicador I3 - Volume de Negócios (VN).

O limite mínimo de despesas elegível é de 75.000,00€.

**CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO:**

- a) O investimento deve ser sustentado por uma análise estratégica que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio, diagnostique a situação da empresa nessas áreas críticas e fundamente as opções de investimento apresentadas, bem como num plano de marketing que estabeleça as bases e diretrizes para a ação da empresa no mercado;
- b) Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos, não podendo incluir despesas anteriores à data da candidatura, com algumas exceções.
- c) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento;
- d) Ter uma duração máxima de execução de 24 meses, exceto em casos devidamente justificados;
- e) Demonstrar, quando integrar ações de formação profissional, que o projeto formativo se revela coerente e consonante com os objetivos do projeto;
- f) Iniciar a execução do projeto no prazo máximo de seis meses, após a comunicação da decisão de financiamento.

**TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E MODALIDADE DE CANDIDATURA:**

São susceptíveis de apoio os projetos individuais de Inovação Produtiva que visem os seguintes domínios:

- a)** A criação de um novo estabelecimento;
- b)** O aumento da capacidade de um estabelecimento já existente, devendo esse aumento corresponder no mínimo a 20% da capacidade instalada em relação ao ano pré projeto;
- c)** A diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente no estabelecimento, sendo que os custos elegíveis devem exceder em, pelo menos, 200% o valor contabilístico dos ativos que são reutilizados, tal como registado no exercício fiscal correspondente ao ano pré-projeto;
- d)** A alteração fundamental do processo global de produção de um estabelecimento existente, sendo que os custos elegíveis devem exceder a amortização e depreciação dos ativos associados à atividade a modernizar no decurso dos três exercícios fiscais precedentes (2014, 2015 e 2016).

No caso de projetos de investimento localizados nas NUTS II Lisboa, apenas são elegíveis atividades de inovação produtiva a favor de uma nova atividade.

**DESPESAS ELEGÍVEIS (Comuns a todos os setores de atividade):**

<p><b>a) Ativos corpóreos constituídos por:</b></p>	<p>i) Custos de aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar;</p> <p>ii) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento.</p>
<p><b>b) Ativos incorpóreos constituídos por:</b></p>	<p>i) Transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais;</p> <p>ii) Licenças, «saber-fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente;</p> <p>iii) Software standard ou desenvolvido especificamente para determinado fim.</p>
<p><b>c) Outras despesas de investimento, até ao limite de 20%, do total das despesas elegíveis do projeto:</b></p>	<p>i) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, até ao limite de 5.000 euros;</p> <p>ii) Serviços de engenharia relacionados com a implementação do projeto;</p> <p>iii) Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia, associados ao projeto de investimento.</p>

**DESPESAS ELEGÍVEIS (Específicas para os setores do Turismo e da Indústria):**

Os projetos dos setores do Turismo e da Indústria, podem incluir como despesas elegíveis, a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, em casos devidamente justificados no âmbito da atividade do projeto, desde que adquiridos a terceiros não relacionados com o adquirente, e limitadas a um máximo de:

<b>3) Para os projetos localizados na NUTS II Lisboa aplicam-se os seguintes limites:</b>	<p>a) 40% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do <b>turismo</b> que contribuam para atenuar a sazonalidade;</p> <p>b) 30% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do <b>turismo</b> natureza, náutico e desporto;</p> <p>c) 45% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor do <b>turismo</b> exclusivamente dedicado à saúde;</p> <p>d) 20% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor da <b>indústria</b> que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional;</p> <p>e) 30% das despesas elegíveis, no caso dos projetos do setor da <b>indústria</b> que se enquadrem no âmbito da RIS 3 Regional e que contribuam para o desenvolvimento de soluções inovadoras baseadas nos resultados de I&amp;D e na integração e convergência de novas tecnologias e conhecimentos.</p>
---	--